

# Cinquenta Anos de Geografia

*Entrevista com o Professor Speridião Faissol*

**P**rofissional de grande projeção, o professor Faissol tem muito a contar na qualidade de depoimento a respeito de importantes momentos vivenciados pela geografia brasileira como a elaboração de políticas de colonização no Brasil Central, durante as décadas de 40 e 50, o debate quanto à instalação e a localização da nova capital do país, a montagem do sistema de planejamento econômico e avaliação regional, a partir da década de 70, e o surgimento e crítica do enfoque quantitativista geográfico em nosso país.

Com larga experiência na pesquisa, no ensino superior e na administração, trabalhou muitos anos no IBGE, onde desempenhou diversas funções; no Departamento de Geografia da UFRJ, como professor da pós-graduação; no Departamento de Geografia da UERJ, trabalhando como professor e administrador; na direção nacional do IPGH, onde permanece. Atualmente, é professor-visitante na UERJ.

Publicou, entre outros, os livros *O "Mato Grosso de Goiás"* (Rio de Janeiro: IBGE, 1952), *Urbanização e regionalização* (Rio de Janeiro: IBGE, 1978; como organizador), *O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro* (Rio de Janeiro: IBGE, 1994), além de inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais.

Entrevista conduzida por  
Helion Póvoa Neto e João Rua.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1996.

**GeoUERJ** - No âmbito pessoal, um pouco de sua história. Lugar de nascimento, origem social, como surgiu a decisão de fazer Geografia ...

**FAISSOL** - Bem eu nasci em Ituiutaba, MG, filho de imigrante libanês. Isto me marcou muito em toda minha vida, pois ainda hoje tenho um forte sentido do lugar de onde vim, o lugar onde nasci, terra de meu pai; lá estudei e fiz o curso secundário. Depois, de acordo com as tradições locais, e de uma espécie de regra local e familiar, eu deveria estudar Direito e vir para o Rio. Isto em 1941, em plena Guerra. Meu pai conhecia um compatriota dele, que lhe pareceu capaz de poder acompanhar o meu estudo aqui no Rio e, então, ocorreu a primeira coincidência. Este amigo tinha um filho geógrafo, chamado Jorge Zarur. Assim começaram os primeiros contatos com a Geografia. Completei meus estudos secundários no Colégio Pedro II, onde estudei com Fernando Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, que seria meu professor de História, mais tarde, na Faculdade Nacional de Filosofia. A outra coincidência foi que Jorge Zarur tinha uma irmã, com quem vim a me casar em 1946. Há cinquenta anos, portanto. Na Faculdade Nacional de Filosofia, tive a sorte de estudar com ótimos professores. Um deles foi Josué de Castro que, na época, escrevia o livro *Geografia da Fome*.

**GeoUERJ** - Além de Josué de Castro, quais eram os outros professores da época na Faculdade Nacional de Filosofia?

**FAISSOL** - Em 1941, havia professores como Victor Leuzinger, catedrático de Geografia Física que tinha como assistente Maria Luiza Fernandes. Era autor de uma tese, "Controvérsias geomorfológicas", ensinava Geografia e trabalhava com engenharia de fundações. Havia também muitos franceses naquele tempo. Um deles era o prof. Francis Ruellan, havendo ainda conferencistas de fora, como Pierre George e Emmanuel De Martonne. Eu tomei contato com a obra de De Martonne por ocasião do seu artigo na *Revista Brasileira de Geografia* "Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico" [v. 5, n. 4, 1943]. Mas, como simples aluno, o contato quase não existia, já que um professor francês naquele tempo e do nível dele era inatingível. Mas quem teve uma influência decisiva em nossa formação profissional foi o prof. Ruellan, que permaneceu no Brasil por muitos anos. No quadro de professores havia ainda Delgado de Carvalho, que ensinava História Contemporânea e tinha como assistente Maria Yeda Linhares.

**GeoUERJ** - E como se deu o seu ingresso no IBGE?

**FAISSOL** - Passei num concurso do órgão para o Censo de 1940, assumindo a função de codificador. Fiquei talvez uns 3 anos no Serviço Nacional de Recenseamento. Enquanto isso, se reestruturava o Conselho Nacional de Geografia, que recrutava no IBGE pessoas que estavam estudando ou já tinham terminado o curso. Eu entrei encaminhado pelo Jorge Zarur e fui classificado como geógrafo no Conselho, onde já havia um grupo trabalhando, sob a chefia de Fábio Macedo Soares Guimarães. Tratava-se de um setor antes ligado ao Ministério da Agricultura, chamado serviço de Estatística Fisiográfica, que publicava

estatísticas das antigas Zonas Fisiográficas, origem das atuais Micro-Regiões Homogêneas. O grupo coordenado pelo Fábio contava com outros profissionais, como José Veríssimo da Costa Pereira, especialista em Região Centro-Oeste; Lindalvo Bezerra dos Santos, que estudava a Região Nordeste; Lúcio de Castro Soares, especialista na Região Norte. Não havendo, naquele momento, nenhum responsável pela Região Sul, disto foi encarregado Nilo Bernardes. O grupo era sub-coordenado por Miguel Alves de Lima.

Uma das primeiras coisas feitas pelo grupo foi um curso de Geomorfologia de Campo, com o Prof. Francis Ruellan, em Araras, Itaipava. Passamos 3 meses fazendo levantamentos, subindo e descendo morro, a gente nem sabendo bem a finalidade daquilo. Alfredo Porto Domingues e Antônio Teixeira Guerra eram os especialistas nesta área e ajudavam bastante. Foi este o começo da nossa profissão. Éramos os "cavaleiros da Maria Comprida", um pico na Serra do Mar perto de Itaipava.

**GeoUERJ** - Havia uma predominância da influência francesa, não ?

**FAISSOL** - Sim, a alemã só viria mais tarde, assim como a americana. Naquele tempo era essencialmente francesa: De Martonne, Pierre George, Deffontaines, e outros mais jovens, com destaque para Pierre Monbeig em São Paulo. Isso foi no fim da década de 40, início da década de 50. No meu caso particular, houve também o contato com o Prof. Preston James, americano, que passou aproximadamente um ano aqui, em 1951-1952. O fato de saber um pouquinho de inglês fez com que eu fosse destacado para atendê-lo. No fim de sua estadia aqui, o professor ofereceu-me uma bolsa de estudos na Universidade de Syracuse, onde ele

chefeava o Departamento de Geografia. O Conselho Nacional de Geografia tinha uma política de mandar gente para fora. Oitenta por cento foram para a França, sem o objetivo de qualquer título acadêmico. Alguns, como eu, foram para os Estados Unidos. Foi o caso de todos os cinco com especialidades regionais, Fábio, Lúcio, Orlando (Valverde), Lindalvo e Veríssimo. Fábio Macedo Soares Guimarães estudou em Wisconsin, assim como os outros. Lá estava o Hartshorne, que com sua escola positivista marcou muito os brasileiros. Veríssimo foi para Chicago estudar com o Clarence Jones, que era um especialista em América Latina.

Em Wisconsin lecionava também Leo Waibel, com quem o Zarur já tinha estudado antes e que tinha grande interesse no Brasil (sua especialidade era a África tropical). Alguns anos depois, viria para nosso país, ficando de 1946 até 1952.

Fiz também, nos Estados Unidos, o doutorado, que concluí em 1956, há quarenta anos portanto. Creio que fui dos primeiros, no Brasil, a concluir um doutorado em Geografia. O tema foi basicamente o trabalho com o Waibel em Goiás, por sugestão do próprio, já que eu tinha um material enorme a respeito. Era sobre o problema do desenvolvimento agrícola do Sudeste do Planalto Central.

**GeoUERJ** - Como foi a vinda de Leo Waibel e seu contato com ele?

**FAISSOL** - Na época, colocava-se a questão da nova capital, que segundo a Constituição deveria se localizar no Planalto Central. Novamente em função de meu pequeno conhecimento de inglês, fui destacado para acompanhar o Waibel que, recém-chegado, fez sua primeira viagem ao interior do Brasil, em Goiás. Depois, fiquei em Goiás

para fazer o mapa de vegetação. Tinha se desenvolvido toda uma teoria sobre vegetação e uso da terra e o Waibel depois verificou as relações, nas regiões tropicais, entre tipo de solo e vegetação existente. Ele havia lido os trabalhos do professor alemão Eugênio Warming, me parece.

Naquele tempo, o cerrado não tinha maior significação. Mas nós fomos ver a área de abastecimento da nova capital que era o "Mato Grosso de Goiás". Waibel voltou para o Rio e pediu que eu retornasse a Goiás para fazer o mapa de vegetação. Naquele tempo, não havendo fotos aéreas, partia-se de indicações quanto a área cultivada, floresta etc.... Passei 6 meses em Goiás fazendo este mapa, que ainda foi trabalhado por uns 3 anos, terminando em 52.

**GeoUERJ** - Como era recebida, por este grupo do IBGE, uma influência metodológica como a de Waibel?

**FAISSOL** - Ele trouxe ao Brasil um grande conhecimento de África Tropical. Outros alemães vieram, mas nenhum com tanta influência como ele. O Waibel, embora sendo alemão, tendo uma formação básica alemã (era um grande conhecedor da teoria de Vön Thunen), foi muito influenciado pela maneira como deixou a Alemanha. Saiu fugido, situação extremamente desagradável para ele. Era professor titular na universidade, uma figura altamente conhecida, e queriam que fizesse saudações nazistas. Ele fugiu para os EUA, mas a mulher e a cunhada não conseguiram sair. Elas fugiram e foram achadas na Sibéria anos depois. Tudo isso o marcou profundamente, aproximando-o dos EUA.

Há um caso curioso quanto às relações de Waibel com seus compatriotas. Na primeira vez que fomos a Goiás, ele soube da existência da colônia alemã de Uvá. Nunca saía

sozinho, mas um dia disse que ia sair sem acompanhante, para "visitar uns amigos". Eu perguntei: "aonde você arrumou amigos em Goiás?". Meia hora depois ele voltou bufando, dizendo: "Esses miseráveis são nazistas!" e não falou mais nada. Foi uma enorme decepção, pois Waibel saía para tomar uma cerveja com eles. Isso ocorreu em 1946, logo depois da Guerra. Na verdade, o problema não era com os alemães, mas com o nazismo, que ele odiava.

**GeoUERJ** - Ainda quanto à questão das influências presentes no grupo do IBGE, qual era considerada a diferença básica entre a formação francesa e a norte-americana?

**FAISSOL** - A francesa era tida como a cultura humanista, conhecimento profundo, mas positivista no sentido de que a realidade existia, independente do observador, e era preciso achá-la no campo. Por isso a tradição de trabalho de campo se tornou muito forte. Teorização naquele tempo era sobre os princípios da Geografia, métodos etc. O grande método era o estudo de caso, pois raramente se pensava em fazer generalizações fora da Geografia Física e, mais propriamente, da Geomorfologia. Nos Estados Unidos, a Geografia era voltada para problemas específicos. Aí é um pouco da minha interpretação. Depois da Guerra, o desenvolvimento nos EUA e Europa Ocidental teve influência na formação dos geógrafos. Não era mais a formação para conhecer a Geografia e sim para usar dentro do ponto de vista da utilidade para o governo, para o país. Eram as duas grandes visões e eu acho que daí, viria, bem mais tarde, no IBGE, a virada em direção à geografia teórica quantitativa. Está ligada a um momento crítico deste desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos eram estudos técnicos numéricos, quantitativos, capazes de fazerem

previsões quanto ao que ia acontecer. Surgiram os modelos de simulação. Acho que essa foi a diferença. O pessoal da geografia francesa utilizava o método de observar todos os aspectos da paisagem, para depois mapear tudo, absorvendo uma certa quantidade de informações. Parece-me que o grande mérito da análise quantitativa era a teorização, já que, ao usar métodos estatísticos, obrigava-se a formular hipóteses, implícitas ou explícitas.

**GeoUERJ** - Vamos voltar à época dos trabalhos de campo, nas décadas de 40 e 50. Percorrendo a sua produção (especialmente no *Boletim Geográfico* e na *Revista Brasileira de Geografia*), percebem-se dois momentos de adensamento quanto a trabalhos publicados. O segundo momento, do final dos anos 60 à metade dos 70, é dedicado à teorização e aplicação quanto a sistemas urbanos, industrialização, migrações, etc... Já durante o primeiro período, do final dos anos 40 à primeira metade dos 50, há diversos trabalhos seus sobre colonização. Perguntamos se o IBGE tinha essa ênfase, essa linha de pesquisa, em função da preocupação, característica da época, com a questão da imigração e da colonização do Planalto Central.

**FAISSOL** - Bem, deixe-me falar um pouco sobre minha produção acadêmica. Ela seguiu muito a linha de resultados de trabalhos de campo e durou até a metade da década de 50. Nesse período saiu o *Mato Grosso de Goiás*, vários trabalhos sobre colonização e voltei dos Estados Unidos, onde fiz meu doutoramento em Syracuse. A minha tese foi, inclusive, fruto deste trabalho. Pouco depois de ter voltado, assumi a direção do Departamento de Geografia e a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia até 1960, período em que minha produção pessoal quase parou, embora ainda tivesse

escrito o Volume II da Enciclopédia dos Municípios, tendo também coordenado todos os volumes da parte geográfica - que foram seis - juntamente com Marília Galvão e Antonio Teixeira Guerra.

A questão é a seguinte: o Conselho Nacional de Geografia teve uma fase extremamente importante que foi a fase de campo, na qual eu pessoalmente viajei o Brasil inteiro, com exceção do Nordeste e da Amazônia. Eu me lembro de ter percorrido todos os municípios de Goiás e de Mato Grosso, foi uma fase heróica. Era a fase de exploração do território, uma investigação bem na linha positivista do que se entendia como sendo a Geografia. Observar no campo. Participei da delimitação da Amazônia, mas o nome dos "fichinhas" pouco aparecia. Creio que eu, Alfredo Domingues e Pedro Geiger fomos os que conseguiram vencer a barreira.

A segunda fase - na realidade uma nova fase da Geografia no IBGE - começou algum tempo depois de 1964, quando se criou o embrião do IPEA no Ministério do Planejamento, sob a direção de João Paulo dos Reis Velloso. Este grupo ajudou muito a repensar o próprio IBGE que, em 1967, se tornava uma fundação, com o desaparecimento dos antigos Conselhos, até se tornar o IBGE de hoje. Foi a fase quantitativa, que coincidiu muito com as reflexões do pessoal do IPEA e com o agravamento da questão urbana. No próprio IBGE criou-se, no Departamento de Geografia, um grupo de estudos das regiões metropolitanas, do qual eu passei a ser o coordenador, e que contava com Marília Galvão, Olga Buarque de Lima e muitos outros mais novos como a Marilourdes Ferreira, que se destacava entre estes. Da pesquisa realizada pelo grupo em todas as regiões metropolitanas, com o uso de questionários, dados estatísticos de todo tipo, surgiu a primeira proposta de metodologia para definição das áreas metropolitanas, com

base no Standard Statistical Metropolitan Areas do Bureau do Censo dos Estados Unidos. Daí resultou a criação de todas as regiões metropolitanas, com exceção do Rio de Janeiro.

**GeoUERJ** - Antes desse período, seria interessante ainda falar um pouco sobre a questão da capital federal, que foi mencionada rapidamente. Principalmente quanto aos trabalhos de campo com Leo Waibel e com Fábio Macedo Soares Guimarães, assim como quanto à comissão de 1946 para a localização da capital, chefiada pelo general Djalma Poli Coelho. Como foi que os trabalhos de campo redundaram nessa comissão para a localização da capital?

**FAISSOL** - Quando a Constituição (de 46) foi promulgada, apareceram idéias a respeito e acabou-se optando pelo Planalto Central. Lucas Lopes escrevera um folheto propondo a mudança da capital para o Triângulo Mineiro. Ele era membro de uma comissão, inteiramente formada por engenheiros e sem nenhum geógrafo, juntamente com Cristóvão Leite de Castro (como secretário geral), Francisco Souza (meteorologista) e outros. Naquele tempo, o estudo da geografia urbana era muito voltado para dois conceitos básicos: sítio e posição. Foram realizadas duas excursões, nas quais o objetivo básico era a posição da nova capital e não apenas o sítio. Delimitaram-se sete ou oito áreas, onde os grupos do prof. Francis Ruellan, inclusive eu, estavam estudando sítios, fazendo trabalhos de levantamento. Já se começava a usar fotografias aéreas. O grupo do Waibel, do qual eu participei, era formado por ele, pelo Fábio Macedo Soares, pelo Veríssimo e por mim. O Orlando Valverde era o principal assistente do Waibel. Este grupo fez um reconhecimento geral, permanecendo uns dois ou três meses em todos os

locais. Sentíamos muito a responsabilidade, já que todos - eu, Orlando, Lúcio, Lindalvo, Veríssimo - estávamos na casa dos vinte anos. Somente o Fábio era mais velho. O propósito deste grupo era descobrir qual seria a posição relativa mais adequada, associada à existência de sítios favoráveis. O Waibel tinha trazido da África a experiência de localizações urbanas, pequenas vilas etc... Preocupava-se com a existência de bacias de recepção de água, as quais procurávamos. Mas creio que o Waibel não imaginava, às vezes, que se tratava do sítio da capital do Brasil e não de uma cidade a mais no interior do país. A excursão era organizada de uma forma curiosa, o Fábio era o responsável, a maior autoridade no Conselho de Geografia, mas Waibel não admitia que alguém dissesse o que fazer. Ele marcava todo mundo, não era fácil! Comentava com a gente, discutia, fazia reuniões. A idéia fundamental era, para ele, a posição da nova capital, que deveria ser mista, ao mesmo tempo de apoio ao pólo de desenvolvimento brasileiro e de projeção sobre a área não povoada. Mas não podia sair do pólo, não podia ser no "meio do deserto". Concluiu-se pelo Triângulo Mineiro como melhor posição e fez-se o relatório.

Um artigo baseado neste relatório, escrito pelo Fábio - que era o relator - chegou a sair na *Revista Brasileira de Geografia*: "O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil" [v. 11, n. 4, 1949]. Defendia-se que a capital tivesse "um pé no pólo", servindo de ponte para outras regiões. Por outro lado, o general Poli Coelho, que era matemático ou algo assim, pleiteava que a capital fosse no centro geográfico do território. "Geográfico" no sentido geométrico, matemático. Se bem que, na verdade, o noroeste de Minas é que marcava o centro de população do Brasil em 1950. Mas os positivistas se aferravam à idéia do centro

geográfico. Além disso a pressão da bancada nordestina do Congresso era muito forte, pois na época já se delineava uma discussão grande sobre o desenvolvimento subsidiado do Nordeste. Os nordestinos pressionavam em peso a favor de Goiás, queriam até mais para o Norte, enquanto a bancada do Sul era mais fraca. Mesmo os mineiros não tiveram força para reverter isso, apesar de contarem, na comissão, com um nome como Lucas Lopes.

**GeoUERJ** - Mas havia uma polêmica, expressa nas divergências entre o relatório dos geógrafos e o defendido por Poli Coelho. Pode-se dizer que os geógrafos adotavam como critério a posição em termos da proximidade do ecúmeno mais habitado do país, enquanto os geopolíticos defendiam mais o centro geométrico?

**FAISSOL** - Eu não sei se podemos dizer que eles tinham uma posição geopolítica. A idéia do centro era matemática/positivista, como eram muitos dos membros da Comissão, inclusive o general Poli Coelho. Geopolítica era uma estratégia de segurança e desenvolvimento, uma concepção do Centro-Sul dominando a periferia. Já era um conceito na Geografia, que vem obviamente de um berço geopolítico. Mas nossa geopolítica nacional/continental voltava-se para a questão da fronteira com a Argentina e para a Amazônia - já se começava a falar do perigo da internacionalização da hileria amazônica - ambas preocupações dos militares.

Em termos de Geopolítica no Brasil, havia o general Golbery, Travassos, Meira Matos, Otávio Costa, que se fizeram geopolíticos. Mas nenhum deles tinha uma formação de geopolítica no sentido formal e isso não era colocado de forma clara. O que era colocado claramente era a questão da posição, num

sentido basicamente geopolítico, porque estratégico no sentido político/militar, mais na linha de Clausewitz que de Ratzel ou Mackinder.

Esta estratégia, em seu sentido mais político, sugeria que a capital deveria ser localizada onde pudesse contribuir ao máximo para o desenvolvimento do país, constituindo como que um apoio. A concepção do processo de difusão a partir de um centro geométrico era na verdade doutrina positivista, por ser matemática, geométrica. Acrescia-se a discussão quanto à necessidade da capital estar localizada fora do eixo Rio-São Paulo, com suas disputas políticas e econômicas. Falava-se na “tranqüilidade do Planalto Central”, onde governo e legisladores poderiam atuar com tranqüilidade.

**GeoUERJ** - O José William Vesentini, no seu livro sobre Brasília [*A capital da geopolítica*] dá muita importância a este argumento geopolítico dos militares, como se fosse uma “questão de honra” que a capital se localizasse no Planalto Central, e não em Minas, por causa da demarcação Cruls.

**FAISSOL** - O argumento não tinha esta importância. Os militares não tinham uma posição clara sobre a capital, eles tinham posição clara em relação à Amazônia, aí sim era estratégico. Depois veio o Poli Coelho; mas, desde a Segunda Guerra, a idéia de que o Rio de Janeiro era vulnerável não era mais concebida por ninguém.

O [Luís] Cruls era também chefe do Centro Positivista Brasileiro, seguia uma concepção, segundo penso, estritamente positivista, matemática. Mas a repercussão entre os militares era pouca. A grande questão para eles era a das fronteiras, se bem que naquele momento os militares tinham pouca participação, não se envolviam muito. Nunca me

pareceu que a questão da nova capital expressasse uma preocupação de Estado Maior.

**GeoUERJ** - E a sua opinião pessoal sobre a localização final da capital? Foi uma boa escolha, ou teria sido melhor o Triângulo Mineiro?

**FAISSOL** - O problema é o seguinte: em primeiro lugar, a construção da cidade de Brasília implicou custos fantásticos, não tinha jeito, tudo era muito caro. No Triângulo Mineiro teria sido sem dúvida mais barato. Eu era jovem, mas achava e hoje ainda acho que Brasília estava meio perdida do contato com o *core* brasileiro. Quando houve a deposição do João Goulart, todo mundo veio para o Rio e para São Paulo resolver os problemas. Lá em Brasília ninguém resolvia nada, aquilo estava perdido no meio do mato. Acho que houve o predomínio político na decisão; a opção do Triângulo Mineiro teria sido mais eficiente e mais barata.

Agora, eu faço sempre a seguinte ressalva: custo-benefício é uma técnica de análise em que você calcula muito bem os custos, mas os benefícios ficam no subjetivo. Qual foi o benefício que Brasília trouxe para o Brasil? Não se pode medir em dólares ou reais, transcende isso. Mudou a mentalidade das pessoas, elas começaram a se voltar para o interior, e esse foi um fenômeno importante, independente do Planalto Central ou do Triângulo Mineiro.

A mudança da capital mudou visões, e no caso do Triângulo Mineiro teria sido simplesmente mais econômica, inclusive com o apoio da base mineira. Eu acho que Brasília valeu a pena, pois mudou o Brasil, e o fato de ser fronteira do povoamento alimentou o desafio, mas não sei se com outro presidente, que não o Juscelino, teria acontecido a

mesma coisa. Ele foi o grande motivador, pois tinha uma visão clara do futuro do Brasil, pelo menos como ele o imaginava.

**GeoUERJ** - Agora, avançando no tempo. Com o desenvolvimento industrial a partir de JK, e principalmente com o período militar a partir de 64, ocorre uma mudança de ênfase temática no IBGE. A questão da colonização, os estudos de núcleos agrícolas, vão se redirecionando. A sua própria participação muda bastante. Como é que você caracterizaria essa mudança de ênfase?

**FAISSOL** - Houve um redirecionamento muito claro, sim, no sentido dos estudos urbanos. Muita coisa foi publicada neste sentido, especialmente pelo Pedro Geiger, além de outros.

Essa mudança de ênfase poderia ser encarada da seguinte maneira: o período de 10, 15 anos depois da Guerra expressou a supremacia do problema tecnológico elevado ao plano mais alto possível. O desenvolvimento era encarado como processo material, e por isso mesmo quantificável. Isso era uma grande linha na Geografia e nas demais ciências sociais da época, obviamente já renunciando a fase quantitativa que viria. Vieram para a Geografia, sob a influência de outras ciências, determinadas teorias sobre a ocupação do espaço econômico. Ao mesmo tempo, havia um crescimento enorme do problema urbano; as décadas de 60 e 70 assistiam a uma explosão demográfica e urbana que não se podia ignorar. Um grupo do IBGE trabalhou muito em parceria com o IPEA em questões como a dos pólos de desenvolvimento, cidades médias etc. Trabalhou-se muito com as regiões funcionais urbanas, destacando-se Roberto Lobato, Lysia Bernardes, além de Geiger, Elza Keller, Marília Galvão e eu mesmo.

Buscava-se pensar no plano da contribuição

para um processo de desenvolvimento, que era o objetivo do IPEA e era como o IPEA via a área geográfica, o IBGE e o Conselho Nacional de Geografia. Era uma tendência geral expressa por gente como Roberto Campos e Reis Velloso. Ao mesmo tempo em que ocorriam estas mudanças, que implicavam uma virada dentro do IBGE, aconteceram também algumas coisas episódicas e particulares.

Na época em que existia o SERFHAU [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo], dirigido pelo arquiteto Harry Cole, ele convidou para vir ao Brasil o John Friedman e o Brian Berry. Só que, na semana anterior à chegada deles, o Cole foi demitido, essas reviravoltas que acontecem. Nomearam outro sujeito e ele estava com essa banana nas mãos, sem saber o que fazer com os caras, então me telefonou e disse: "Esses sujeitos vêm aí, já estão com passagem paga e hotel reservado e vão ficar por duas semanas, vocês querem ficar com eles?". Eu aceitei, obviamente. Isso foi em 69 ou 70. Bem, enfim apareceram os dois, e tivemos que, em duas semanas, arrumar alguma coisa para eles fazerem. O Berry já era um líder da geografia quantitativa, deu seminários, discutimos micro-região homogênea com ele, fornecemos matrizes de dados que levou para os Estados Unidos, onde fez uma porção de análises, um aluno dele publicou um artigo sobre micro-regiões homogêneas no Brasil... Enfim, ele começou a mostrar a geografia quantitativa, trouxe muitas publicações, principalmente artigos e separatas da Universidade de Chicago.

Algum tempo depois veio o John Peter Cole, da Universidade de Nottingham, Inglaterra, que tinha ganho uma bolsa do governo britânico para estudar a América Latina. Nós o trouxemos para o IBGE também. Basicamente, o Berry e o Cole impulsionaram a virada quantitativa no Brasil, ensinam-

do a metodologia, conceitos, técnicas etc... e introduzindo programas de computador. A PUC do Rio foi extremamente importante, havia lá um sociólogo, Nelson do Vale Silva, que depois viria trabalhar no IBGE. Ele estava interessado no uso de técnicas quantitativas para a análise de dados e conseguimos juntos implantar determinados aspectos de análise fatorial, de agregação. Fazia-se isso na PUC, num computador 1130 com 30 k de capacidade, o que na época era uma coisa fantástica. Essa virada em termos de metodologia e tecnologia na Geografia veio portanto junto com a nova posição do Ministério do Planejamento e o IPEA, acrescentando-se o papel dos pioneiros, como os já citados, aos quais se somaram depois outros vindos de fora.

**GeoUERJ** - Vimos que até o final dos anos 50, e talvez até metade dos 60, ainda predominava no IBGE a ênfase sobre o agrário, a colonização. Mas, antes da entrada do Brian Berry, do Cole, da geografia quantitativa, houve por volta de 66, 67, uma influência forte, no IBGE, da França, da chamada geografia ativa. Sendo a sua formação mais norte-americana, e tendo havido também na época uma queda na sua produção, haveria uma relação com essa ligação maior com a França?

**FAISSOL** - Não creio que haja relação entre essas duas coisas. A minha produção caía bastante sempre que eu assumia um cargo de direção no IBGE; entre 1956 e 60 eu fui diretor e secretário geral do Conselho Nacional de Geografia. Até o [Michel] Rochefort, não se fazia geografia urbana no IBGE; era agrária, colonização. O Rochefort trouxe as teorias de localidades centrais, análises de serviços, muita gente trabalhou com ele, que levou também algumas pessoas para França, como a Maria Adélia [A. De Souza], de São

Paulo, que fez doutorado com ele. Já havia uma virada na Geografia para os estudos urbanos. Com o IPEA vinha também uma virada no sentido de problemas de desenvolvimento, urbanização e industrialização, que eram questões-chave. Havia, nos EUA e na Inglaterra, mais teorização sobre o urbano do que na França, mesmo com a geografia ativa. Na verdade, a geografia ativa tinha também uma dimensão ideológica. É preciso entender que, a partir da segunda metade da década de 60, a onda do pensamento marxista inundou (eu, hoje, diria que no bom sentido) as ciências sociais, e a Geografia foi junto. A geografia ativa foi urbana porque aí estava o grande filão para o debate ideológico.

Mas essa geografia francesa não era desenvolvimentista, e acho que este era um fato importante, pois naquele momento o problema crítico do Brasil era desenvolvimento e urbanização. É verdade que, na França, se tratava dessas questões, na geografia urbana, com estudos de localidades centrais, estudos de hierarquia urbana, com uma certa conotação desenvolvimentista. Todavia, pode-se dizer que no Brasil este enfoque veio basicamente com o IPEA. O escritório de planejamento desse instituto propôs a questão do desenvolvimento pelo fato de o Brasil estar, naquele momento, mais ou menos esgotando a fase de substituição de importação de bens de consumo simples ou não duráveis, para começar a fase de industrialização de bens de capital. Isso representava uma transformação no processo de desenvolvimento brasileiro, e daí vinha essa preocupação com o urbano e o desenvolvimento social.

O IPEA passou a ter uma influência muito grande no Brasil, tanto que se conseguiu mudar a estrutura do IBGE que deixou de ser Conselho Nacional de Geografia e

Conselho Nacional de Estatística e passou a ser uma fundação, mudando seu caráter para fazer uma estrutura voltada para o desenvolvimento. O próprio Censo começou a ser preparado com questões que refletissem esta preocupação, tanto no caso do agrícola como no do industrial.

Então eu acho que não foi um processo nem francês nem americano. Esse fluxo no sentido do desenvolvimento veio do Roberto Campos, desse escritório do IPEA. Como isso era mais bem tratado, em todo mundo, por técnicas quantitativas, as coisas se encontraram e se fundiram num processo só, de estudos urbanos, regionais, industrialização, que se fez no Brasil naquele tempo.

**GeoUERJ** - Isto tudo foi no IBGE. E como se comportaram as outras áreas de produção do conhecimento, as universidades, quanto a essa linha?

**FAISSOL** - Até essa época, a Universidade pouco produzia, mas daí por diante passou a ter um papel crescentemente importante. Isso está relacionado inclusive aos conflitos ocorridos mais tarde na famosa reunião da AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiros] de 1978.

Já tinha ocorrido, então, uma mudança que era fundamentalmente uma nova visão do desenvolvimento no plano ideológico, o que se refletia, no plano teórico, na rejeição da teoria neoclássica, na qual a geografia quantitativa se baseou inicialmente. Muita gente confundiu mudança da visão do mundo com mudança metodológica e isto repercutiu na assembléia da AGB. Argumentava-se que o desenvolvimento não é totalmente quantificável, pois existem as questões qualitativas e de valores. Na verdade, rejeitava-se a hipótese neoclássica de que o desenvolvimento se estenderia às regiões pobres

por processo natural de difusão, o que não acontecia.

A respeito dessa fase de crítica ao quantitativismo, gostaria de fazer uma ressalva e um esclarecimento. Fui, muitas vezes, injustamente acusado de ter forçado pessoas a adotarem métodos quantitativos e isto nunca foi verdade; ao contrário, muitas vezes impedi que se usasse estes métodos sem se saber o que estava fazendo. Sabe-se que em toda mudança paradigmática existem os mais afoitos que aceitam, por exemplo, a análise fatorial como sendo a expressão da verdade. Ocorria, assim, uma espécie de ânsia de se atualizar que era, por vezes, falta de teoria.

Na Conferência Regional da UGI [União Geográfica Internacional], em 1982, nunca houve tanta liberdade de expressão quanto a conceitos, ideologias, como naquele momento e isto foi reconhecido nos comentários internacionais sobre a reunião. Também naquela ocasião fui acusado de ter trazido somente geógrafos quantitativos, o que não foi verdadeiro. Não vou mencionar nomes porque isto já passou, mas algo que diziam e que até afetava minha seriedade profissional e administrativa eu não podia aceitar. E houve, de minha parte, algumas respostas contundentes, meio radicais mas, como se diz em Minas Gerais, "chumbo trocado não dói", mas dóia. Especialmente quando misturavam visão do mundo com metodologia e metodologia com deformações na formação profissional.

**GeoUERJ** - Como você se coloca quanto à discussão que emanou na AGB em 78, num momento em que, havendo publicado bastante nos anos 70, a sua produção havia diminuído?

**FAISSOL** - Eu era superintendente de pesquisa do IBGE na ocasião e esta foi outra

fase de baixa produção pessoal; mas acho que, neste caso, eu já era um profissional mais maduro e creio que contribuí muito para aumentar o prestígio da Geografia e sobretudo para criar condições para que muita pesquisa se fizesse naquele período no Departamento de Geografia do IBGE. Aquela superintendência promoveu um trabalho multidisciplinar que fez a Geografia do IBGE subir muito em prestígio. O fato do superintendente ser um geógrafo era importante. Apesar da minha produção na época ter ido quase a zero, acompanhei o que se fazia e ajudei muita gente a iniciar uma carreira; foi a época em que se contratou mais geógrafos no IBGE e a Geografia alcançava grande prestígio e produtividade. Nesta ocasião, criaram-se as regiões metropolitanas e o estudo que orientou esta criação foi feito pelo meu grupo de estudos metropolitanos no DEGEO. Mesmo sendo superintendente, eu tinha um grupo de pesquisa em meu gabinete, que muito produziu sob minha orientação. A Marilourdes foi o exemplo mais claro e importante desta fase .

**GeoUERJ** - Estando na administração e, portanto, não envolvido diretamente na produção, como ouviu as críticas feitas naquele momento da Geografia?

**FAISSOL** - Como disse, eu estava envolvido com a Geografia sim, numa ocasião em que foram geógrafos que criaram as regiões metropolitanas, os aglomerados urbanos etc, que foram contribuições importantes naquela época.

Quanto às críticas, na ocasião encarei muito mal, pois eu considerava que partiam de pessoas insatisfeitas com o rumo das pesquisas. Passado um tempo e olhando para trás, vê-se que aquilo foi simplesmente produto de um movimento que se processava no

mundo inteiro, veio parar aqui, e era irreversível e inevitável. Não adiantou, não adiantaria os quantitativistas teorizarem, a coisa tinha mudado, assim como já mudara na época em que entrou a quantitativa, mudanças essas que transcenderam o processo brasileiro.

Na verdade, os profissionais universitários/acadêmicos estavam insatisfeitos com a apologia da tecnologia e do desenvolvimento material, que aumentava as desigualdades e deixava o homem um pouco de lado. Isto ocorreu num plano mais amplo, mas no fogo cruzado da crítica, às vezes agressiva, eu me defendia como podia, mas nunca acusei os que não usavam métodos quantitativos de não estarem fazendo boa geografia. O que perturbava eram os tais "não comi e não gostei" de alguns colegas, tanto do Rio como de São Paulo; mas o que eu sempre critiquei era uma geografia contemplativa que não via senão uma paisagem neutra e desprovida de sentido social ou econômico.

**GeoUERJ** - Poderíamos dizer que a crítica à Geografia quantitativa foi ao mesmo tempo teórica, ou seja, quanto à sua capacidade de explicar a realidade social, e também política, quanto ao seu comprometimento com o poder estatal. Na sua opinião, a perda de dominância por parte da quantitativa deveu-se às próprias deficiências ou à crítica política contundente?

**FAISSOL** - Foi de tudo um pouco. Mas era, como disse antes, a rejeição das hipóteses neoclássicas que se estendiam à Economia e à Sociologia. Portanto, há que se ver primeiro que a mudança ideológica, nas ciências sociais de um modo geral, foi avassaladora, como tinha ocorrido com a quantitativa dez anos antes.

A geografia quantitativa começou, nos EUA, na metade dos anos 50. No Brasil começou

dez anos depois e acabou mais dez anos depois. A crítica à mesma partia da constatação de que o desenvolvimento material não era tudo, antes de mais nada porque as desigualdades aumentavam de forma dramática, no Brasil e na América Latina; para que servia então aquele desenvolvimento, aquela tecnologia? Era a rejeição à hipótese neoclássica de difusão natural. As pessoas estavam cada vez mais infelizes e pobres e, de alguma maneira, esse problema foi colocado, e está na literatura. A própria Economia tinha uma discussão quanto ao crescimento econômico, ao desenvolvimento econômico que tinha de ser também social e político. Na área da discussão ideológica travada na academia houve exageros de ambas as partes em todos os sentidos, desde os quantitativistas que defendiam que o que não fosse quantificável não merecia ser estudado, até os que diziam que nada na Geografia podia ser quantificado, pois se referia ao ser humano.

**GeoUERJ** - Uma das críticas que se fazia à quantitativa no Brasil era de que ela, sendo tão questionada em outros lugares, ainda estava sendo introduzida aqui.

**FAISSOL** - Uma coisa é e foi a crítica à quantitativa pelos seus exageros. Mas, como disse o Geiger certa vez, a quantitativa trouxe uma experiência muito grande na formulação clara de hipóteses de trabalho e a Geografia nunca mais seria a mesma depois disso. Por outro lado, se é verdade que aqui as coisas acontecem algum tempo depois, encontrei departamentos de Geografia da América Latina adotando a quantitativa em plena década de 80.

Pessoalmente, continuo usando técnicas quantitativas - análise fatorial e outras úteis à pesquisa - mas as hipóteses de trabalho mudaram, porque mudou a visão do mun-

do. Fiquei com a pecha de quantitativista, mas todos os meus trabalhos atuais têm um grande apoio nos conceitos sociais de valorizar mais o homem que a máquina, de conceituar desenvolvimento como processo social.

**GeoUERJ** - Mas, na sua visão pessoal - que é o que interessa aqui no momento - tendo conhecimento do embate sério travado lá fora pelos geógrafos, como é que podia ser vista a ausência deste embate no Brasil?

**FAISSOL** - Na verdade o embate começou depois da guerra do Vietnã; o livro do Richard Peet é de 1977 e a revista *Antipode* de 1974/75. Se você pensar em termos de mudança de paradigma, deve considerar que havia uma *avant-garde* que debatia estes assuntos, mas que custou para se impor. Isto houve na quantitativa também; o Peter Gould fala nos "jovens turcos" que foram abrindo caminho, o que é uma característica dos vários momentos de mudança.

É verdade que no início dos anos 70, nos EUA, já se levantavam algumas questões. Por outro lado, o livro do [David] Harvey, *Explanation in Geography* - uma das "bíblias" do quantitativismo - era de 1969 e o *Social justice and the city* seria lançado em 1973.

Tratava-se de questões relacionadas ao exagero da quantitativa, principalmente quanto ao uso do computador. No Conselho Nacional de Geografia e em outros lugares, muita gente fazia análise fatorial e depois começava a imaginar explicações que tinham de ser ajustadas à análise. A ferramenta estava adequada, a questão é que antes de usar a técnica você precisa da teoria, pois sem ela não há base para fazer nada. Quando estávamos estudando áreas de influência e micro-regiões, produzimos no Departamento de Geografia um volume chamado *Subsídios à regionalização*. Eram

cerca de 200 mapas elaborados sem um rumo definido, sem teoria por trás da escolha, e o resultado foi que eles não foram usados para a regionalização. O que foi usado foi o conhecimento de cada um de nós, já que juntar aquilo tudo segundo um critério, por mais eclético que fosse, era muito difícil.

Voltando à questão dos críticos da quantitativa, eu costumo dizer que muitos deles criticavam por não saber nada a respeito. A resistência por vezes não chegava a ser nem política nem ideológica; era um problema com a matemática e a estatística, disciplinas nem sempre presentes com qualidade na formação do geógrafo.

Por outro lado, alguns dos "papas" da geografia quantitativa, como o David Harvey, começaram a mudar tanto em termos metodológicos quanto ideológicos. Esse autor é um bom exemplo, por ser um profissional brilhante, que escreveu o grande livro da quantitativa. No caso da mudança do Harvey, não havia uma diferença radical entre os planos ideológico e plano acadêmico.

No encontro da AGB de 78 ocorreu exatamente esta mistura, tinha desde os que subiam na mesa querendo acabar com tudo até os que estavam realmente refletindo sobre o que acontecia na Geografia. O desenvolvimento material esgotara a capacidade de gerar progresso, o povo estava sentindo, não aceitava mais o desenvolvimento daquele jeito. Isso atingiu a comunidade de geógrafos.

**GeoUERJ** - E, no meio disso tudo, como ocorreu o esvaziamento, esse declínio da Geografia no IBGE?

**FAISSOL** - O período áureo de produção científica no IBGE foi durante a presidência do Isaac [Kerstenetzky], de 1968 a 79. Foi

inclusive a fase das mudanças no questionário do Censo para atender aos objetivos do planejamento. Na época se fez também uma enorme pesquisa de orçamento familiar e alimento no Brasil, e por causa disso o IBGE entrou em duas áreas muito críticas em termos de repercussão, a de contas nacionais e a do índice do custo de vida. Todas as duas são extremamente polêmicas, e eram até então trabalhadas pela Fundação Getúlio Vargas. Quando vieram parar no IBGE, as críticas que vieram afetaram o órgão. O prof. Isaac foi demitido pelo Delfim Neto, que tinha procurado afetar os índices do custo de vida e inflação da Fundação Getúlio Vargas, sabidamente adulterados para atender às necessidades do governo Médici, de quem ele foi ministro da Fazenda. O Isaac foi quem expôs isso na Fundação Getúlio Vargas; em consequência, quando veio o governo Figueiredo o Delfim, que era o ministro da Agricultura e depois do Planejamento, teve como primeiro ato por ele assinado a demissão do prof. Isaac. Foi colocada então uma pessoa da confiança do ministro, e o próprio governo passou a utilizar pouco o IBGE para sua política de desenvolvimento, que perdeu muito a dimensão regional.

Neste contexto, os recursos para o IBGE começaram a minguar drasticamente. No começo dos anos 70, quando eu fui escolhido superintendente de pesquisa, as pesquisas tinham 300 pessoas contratadas, todas com nível superior e muitas com mestrado e doutorado. Desde aquela época cessaram as contratações de geógrafos pelo IBGE, e mesmo de economistas, a não ser em casos de substituição.

A Geografia foi sendo afetada, por um lado em função da falta de renovação de recursos humanos, mas também porque os geógrafos eram meio arrogantes quando postulavam a Geografia como síntese das ciências, sendo

as demais auxiliares. Num momento em que a interdisciplinaridade era a tônica do momento, a recusa dos geógrafos à mesma afetava o prestígio da Geografia.

O interesse pela pesquisa geográfica diminuía também porque a época do "milagre brasileiro" era de uma política macroeconômica, na qual desenvolvimento regional e políticas espacializadas não encontravam oportunidade para se afirmar. Do Delfim para cá, perdeu-se a percepção quanto ao processo regional, e mesmo urbano. Acabaram todos aqueles organismos de desenvolvimento urbano, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Houve, por outro lado, muitas aposentadorias de profissionais antigos, experientes. Foram 10 ou 15 anos fatais. Se considerarmos a quantidade de informações que o departamento de Geografia produzia e que foram diminuindo, podemos dizer que este é hoje um arremedo do que foi no passado, apesar do esforço de seus geógrafos.

**GeoUERJ** - E quanto ao balanço entre o IBGE e a Universidade? Como se deu essa relação, quem bebeu de qual fonte e o que aconteceu para que o pólo de produção científica na Geografia fosse se deslocando do IBGE para a Universidade?

**FAISSOL** - Primeiro foi um processo das universidades, que foram crescendo em quantidade de pessoas - como no caso da Universidade de São Paulo e mesmo do Fundão (UFRJ) - ao passo que o IBGE foi se reduzindo.

A perda dessa perspectiva mais espacializada pelo planejamento teve conseqüências fatais para a Geografia principalmente no IBGE, não tanto na Universidade. Esta fazia pesquisas independentes e assim começaram a surgir vários trabalhos publicados em revistas, embora já houvesse uma integração

importante com o IBGE, que fazia cursos de atualização para professores universitários. No tempo do prof. Isaac facilitou-se também o acesso das universidades aos dados do IBGE, facilidades que começaram a acabar a partir de começos da década de 80. O contato acadêmico foi diminuindo continuamente ao longo do tempo. O IBGE sofreu muito a conseqüência de ser o órgão oficial de pesquisa social no Brasil, inclusive de Geografia; ele estava desprestigiado e ficou à mercê da política do governo, enquanto as universidades cresciam por mecanismos próprios.

A universidade em que eu estudei, na década de 40, não tinha pesquisa nenhuma; isso só foi crescer lá pela década de 60, quando surgiram os cursos de mestrado e doutorado. Aí a Universidade começou a se agigantar frente ao IBGE, creio que foi um processo de desprestígio do IBGE e da Geografia no IBGE, o IBGE como órgão oficial e a Geografia do IBGE como a Geografia oficial e que não era oficial coisa nenhuma, mas era chamada assim.

**GeoUERJ** - Houve uma crítica violenta à Geografia que você praticou durante bastante tempo; por outro lado a crítica radical dos anos 80 está hoje revendo algumas posições, valorizando inclusive elementos da geografia dita tradicional. Com vê isso, inclusive através do contato com os colegas mais novos na Universidade?

**FAISSOL** - Quanto à crítica violenta, posso dizer que só a árvore que dá frutos é atingida. Mas acho que houve também a perpetuação da crítica de 1978, em que eu era o alvo principal. Acredito que, a partir de 78 e começo da década de 80, mesmo os que como eu faziam geografia quantitativa começaram a perceber claramente - e eu pessoalmente sempre tive essa visão - que

não havia propriamente uma "escola quantitativa", e sim uma preocupação com o conteúdo teórico e a metodologia, com o desenvolvimento de técnicas e métodos capazes de dar maior precisão na avaliação. Havia sobretudo a idéia de que na Estatística encontrava-se instrumentos para fazer coisas antes feitas através do mapa. A correlação e a análise fatorial podem fazer operações como a regionalização de uma forma mais completa, desde que não se pense em colocar um monte de dados no computador para obter a descrição da realidade espacial de um lugar. Trata-se na verdade simplesmente de um processo estatístico de testar hipóteses.

Acho que a década de 80 viu primeiro que estava havendo transformações muito importantes na teoria do desenvolvimento econômico, ressaltando a necessidade da articulação no espaço e desmistificando as técnicas antes tidas como todo-poderosas. Com o tempo, as paixões ideológicas foram se atenuando, e foi-se percebendo que todo mundo tem uma contribuição a dar. Acho que estamos nessa fase, de uma maior possibilidade de seleção das técnicas a utilizar como preferências pessoais. Toda aquela violência ideológica e conceitual que aconteceu na AGB de 78 tem deixado de ocorrer. Na AGB como nas as outras reuniões, na ANPEGE, tem-se uma moderação generalizada.

**GeoUERJ** - No seu entender, essa moderação significa a busca de caminhos novos ou estaria a própria Geografia em descenso ou refluxo?

**FAISSOL** - Tal busca foi uma constante na década de 80, nas ciências sociais em geral e nos estudos sobre o desenvolvimento, mas eu não sei se a Geografia está em descenso. Ela está claramente nessa situação no caso do IBGE.

Creio que a Geografia padeceu de uma arrogância e de um isolacionismo, ao ponto de se falar em Geografia e "ciências auxiliares". Mas um legado que a fase quantitativa deixou foi um maior contato entre Geografia e Economia; hoje você vê que muitos livros atuais têm uma base econômica muito grande.

Um dos resíduos dessa situação antiga são os Institutos de Geociências, como por exemplo aqui na UERJ, onde não se tem maior contato com áreas como a Sociologia e a História, quando são disciplinas com áreas de interesse comum, como no caso de estudos urbanos, por exemplo.

Acho que está começando a se abrir uma busca de caminhos novos; há muito o que repensar. Nestes últimos anos, lecionando História do Pensamento Geográfico, acabei escrevendo um livro que a Editora da UERJ está publicando. O curso e a escrita do livro me trouxeram uma grande experiência, e com eles aprendi muito a história das idéias de minha querida Geografia. Quando se tem uma perspectiva como esta, a visão da disciplina se torna mais clara, já que aí percebemos uma linha de evolução do pensamento. Claro que sempre tive a minha própria visão destas idéias, com os conceitos se misturando aos preconceitos - geralmente não assumidos por nós - por cima de tudo isso há a nossa memória, descrita por Gunnar Olsson não só como seletiva, mas principalmente como algo que usamos para fazer validar nossas idéias. Lembramos o que queremos lembrar para legitimar o que pensamos hoje.

No momento estou desenvolvendo um projeto de revisão da discussão sobre o sistema urbano nas décadas de 80 e 90, patrocinado pela própria UERJ e pelo CNPq, desenvolvido juntamente com bolsistas de Iniciação Científica e de aperfeiçoamento. Neste projeto estou revendo uma

série de conceitos da geografia urbana, os de hierarquia, áreas de influência, colocando tudo numa perspectiva de fluxos e fixos, ajustando estes conceitos às teorias de campo desenvolvidas por Brian Berry ainda na década de 60.

A UERJ está me proporcionando a oportunidade de voltar a uma fase de intensa produção pois, além dos livros, tenho publicado artigos na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Caderno de Geociências* do IBGE.

Acredito também que a Geografia encontrou um caminho fantástico, talvez o seu "verdadeiro rumo", que é a perspectiva, oferecida pela globalização, de combinar o global com o local em várias escalas. Há a busca por caminhos novos, que está sendo extremamente válida e produtiva, já que ninguém aceita mais ficar restrito a um modelo único.

Uma das coisas que procuro fazer no meu último livro é uma tentativa de unir sempre o global com os processos nacionais e regionais, inserindo-os na perspectiva deste global. Considero que, se estiver conseguindo isto, terei melhorado bastante a qualidade da minha geografia, juntando a perspectiva que a análise quantitativa oferece com uma visão global dos problemas brasileiros. Felizmente há uma enorme bibliografia, e espero estar agora entrando numa daquelas fases muito produtivas de minha vida profissional, creio que muito enriquecida pelas últimas experiências. Como todos temos sempre a idéia de que o último artigo ou último livro é o melhor que escrevemos, tenho a pretensão de achar que o último livro e o de história do pensamento geográfico são os dois melhores que escrevi.

---

*O Professor Speridião Faissol faleceu em 22/03/97,  
quando esta revista já estava em produção.*

*Pela importância de sua obra para a geografia brasileira,  
onde se destacou como um dos mais eminentes vultos, pela longa  
e profícua vivência no Departamento de Geografia  
da UERJ, pela saudade que deixa, aqui vão nossas homenagens.*

---